

# Dallagnol ensina como são blindados acessos da receita federal de políticos investigados na Lava Jato



Claudio Tognoli

Yahoo Notícias 3 de julho de 2017



Dr. Deltan Dallagnol. Foto: Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados

Eis o que escreveu em sua página pessoal o procurador Deltan Dallagnol, chefe da Força Tarefa da Lava Jato:

A Unafisco Nacional (Associação Nacional de Auditores Fiscais) elaborou uma nota técnica afirmando que a Receita tem dado tratamento privilegiado a pessoas politicamente expostas (PPEs), o que inclui os parlamentares, governadores e outras pessoas de maior expressão. Existe um sistema, chamado de ALERTA, que avisa superiores quando um Auditor acessa dados fiscais das PPEs. A Associação ressalta que deve existir uma lista de PPEs, mas isso para fiscalizar as PPEs com mais rigor, o que não é feito. Parece-me que o sistema também pode contribuir para evitar o acesso e uso político de informações sigilosas por inimigos políticos. Contudo, a lista NÃO deve servir para proteger as PPEs de fiscalização ou inibir a atuação dos Auditores Fiscais.

Destaco dois parágrafos da conclusão:

“Em relação ao princípio da isonomia, é perfeitamente justificável que para as PPE sejam implantados procedimentos mais rigorosos de fiscalização tributária – e não instituídos mecanismos de inibição da fiscalização –, uma vez que, sob o ponto de vista do interesse público no combate e prevenção à corrupção e à lavagem de dinheiro, tais pessoas não estão em situação de igualdade com os demais contribuintes. Se a lei estabelece que as pessoas politicamente expostas devem estar sob uma maior atenção do Estado como forma de prevenir e combater mais eficaz e eficientemente a corrupção, não deve a Receita Federal dispensar a elas o mesmo tratamento oferecido aos contribuintes comuns, muito menos instituir mecanismos de proteção especial que inibem as investigações dos auditores fiscais. (...).

Por fim, é forçoso concluir que a Receita Federal, ao atribuir neutralidade à condição de PPE no tocante aos critérios de seleção dos contribuintes a serem fiscalizados, bem como ao instituir o Sistema Alerta, procedimento eivado de distorções legais e principiológicas, não vem atuando adequadamente, por longos anos, no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, gerando condições para que inúmeros casos de PPE apresentados pela mídia passassem despercebidos dos radares da Receita Federal antes da Operação Lava Jato. (...). O Brasil clama por mudanças! A Receita Federal pode e deve ser ferramenta efetiva no combate à impunidade no seu campo de atuação tributária, no combate à sonegação, à corrupção e à lavagem de dinheiro...

Vejam a íntegra:

[http://unafisconacional.org.br/UserFiles/Nota\\_07\\_2017\\_30062017.pdf](http://unafisconacional.org.br/UserFiles/Nota_07_2017_30062017.pdf)

**Agora você entende de onde são blindados os impostos de renda nas rusgas e pinimbas políticas...**

**E sobretudo onde se blindam os impostos de renda dos investigados na Lava Jato**